

Quando as freiras faziam história: crônicas conventuais, autoria feminina e poder em Portugal no século XVII

Moreno Pacheco *

Resumo: Com o intuito de preservar a história de seus respectivos conventos, três clarissas portuguesas do século XVII redigiram crônicas sobre eles. Foram elas o *Tratado da Fundação do Convento de Jesus de Setúbal*, escrito por Leonor de São João entre 1630 e 1646; a *Notícia da Fundação do Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas*, atribuída a Maria do Sacramento e redigida entre 1639 e 1652; e o *Livro da Fundação do Santo Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa*, datada de 1657 e assinada por Antonia do Baptista. A confecção destas obras atravessou um período em que as modalidades de escrita histórica foram grandemente estimadas pelos religiosos que acumulavam funções de cronistas. Nas obras dessas clarissas portuguesas, é possível ver marcas dessa influência, tanto nos eixos temáticos que as estruturam como na valorização concedida à validação dos escritos através de recolha e referência documental.

Palavras-chave: Crônicas Conventuais; Gênero; Portugal Moderno

Abstract: In order to preserve the history of their convents, three Portuguese nuns of the order of St. Claire wrote chronicles about them in the seventeenth century. These are the *Tratado da Fundação do Convento de Jesus de Setúbal*, written by Leonor de São João from 1630 to 1646; the *Notícia da Fundação do Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas*, attributed to Maria do Sacramento and written between 1639 and 1652; and the *Livro da Fundação do Santo Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa*, by Antonia do Baptista, dated 1657. The composition of these works took place in a period in which religious men and women who acted as chroniclers were very interested in forms of historical representation. It is possible to see signs of this trend in the writings analyzed here, regarding both the themes that are dealt with and the value attached to the collection of sources and use of them as reference.

Key words: Chronicles of convents; Gender; Portugal in the modern period.

A Época Moderna testemunhou, em Portugal, o aparecimento de diversas crônicas redigidas por religiosos de diferentes ordens. Algumas delas obtiveram êxito respeitável, tais como as *Crônicas da Ordem dos frades menores*, publicada entre 1557 e 1562 por Marcos de Lisboa, ou mesmo a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcelos, impressa em 1663 e tão cara à nossa historiografia. Outras, no entanto, tiveram reduzida difusão e permaneceram circunscritas a ambientes mais íntimos, freqüentados pelos

* Mestrando do PPGH-UFBA e bolsista CNPq. E-mail: morenopacheco@gmail.com

frades e freiras de suas próprias ordens ou pelos poucos curiosos que se aventuravam a deslizar por suas páginas.

O presente trabalho se dedica a observar três dessas crônicas que alcançaram resultados mais humildes. Em comum, as três partilharam o destino de permanecerem manuscritas mesmo nos casos em que a publicação era intenção primeira. Também foram, as três, redigidas por mulheres. São elas o *Tratado da curiosa fundação do convento de Jesus de Setúbal*, a *Notícia da fundação do Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas* e o *Livro da fundação do Santo Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa*.



Não é difícil encontrar diversos exemplos de mulheres que adquiriram alguma autoridade e renome através de seus escritos. Para o caso ibérico, Antonio Castillo Gómez afirma que Santa Teresa de Ávila representou um verdadeiro ponto de inflexão, atuando como modelo para que outras se dedicassem a escrever, sobretudo a partir dos anos 80 do século XVI e ao longo da centúria posterior, com a intensificação da atividade impressora (GÓMEZ, p.104). Não à toa, Pedro Vilas Boas Tavares detecta, entre fins do XVI e começos do XVII, uma ampliação do gosto social por manifestações extraordinárias e do interesse pela literatura de revelações e visões, que desembocaram, por sua vez, “num amplo movimento de leitura, escrita e edição de biografias místicas e devotas e numa atitude de mimetismo espiritual em relação a esses místicos medievais e modernos” (TAVARES, p.186). De fato, as manifestações místicas – e o tipo de literatura engendrado nos meios que as cultivavam – constituíram uma via de acesso das mulheres a instâncias de poder que lhes eram vedadas, uma vez que a revelação e o mandamento divinos ofereciam a oportunidade de transgredir a segregação imposta pelo sistema de gêneros (GÓMEZ, p.110). Mesmo que, a rigor, os textos das místicas modernas também passassem pelo crivo de seus confessores, diretores e editores (caso elas publicassem seus escritos ainda em vida), ainda assim a abertura de um canal de contato direto com o divino conferia um grau de autoridade sobre a matéria discutida que, do contrário, seria dificultoso alcançar.¹

De alguma maneira, a história das crônicas conventuais portuguesas de meados do século XVII nos conta das trajetórias de mulheres cujos escritos se orientavam menos para a

¹ Não foram raros os casos, contudo, em que religiosas assumiram posições de preponderância diante de seus confessores e diretores espirituais. Para alguns exemplos, cf. Lígia BELLINI. “Cultura religiosa e heresia em Portugal no Antigo Regime: notas para uma interpretação do molinosismo”. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v.XXXII, pp.187-203, 2006.

transmissão de saberes alcançados através da iluminação divina e mais afinados com a árdua tarefa de compor obras preocupadas em estabelecer relações com outros textos e autores. É a esse diálogo ilustrado que as autoras se lançaram, e a busca por reconhecimento e consagração nesta atividade se baseava na habilidade própria de compor textos, fundeá-los em temas de reconhecida importância e relacioná-los a outros escritos de autores mais destacados.

Nesta tarefa, ficam patentes traços estilísticos recorrentes em outros gêneros da literatura no período. As crônicas dos conventos de Jesus, da Madre de Deus de Xabregas e da Esperança de Vila Viçosa carregam, sem dúvidas, algumas dessas marcas de influência. Suas autoras foram beneficiadas por um amplo movimento de autorização da escrita feminina e inevitavelmente imprimiram em seus escritos sinais da força dos textos que circulavam entre os conventos da província de que faziam parte. Uma amostra dessa tendência é a quantidade de espaços dedicados a estreitar os laços que uniam esses monastérios a figuras de relevo, sejam elas pertencentes à nobreza ou ao clero. A preocupação em criar uma reserva de exemplos virtuosos a serem reverenciados e seguidos pelas religiosas e devotas, dentro ou fora dos muros das instituições, também é marcante. Porém, existem sinais de inspirações de outras naturezas. E um exame detido dessas obras serve para elucidar boa parte deles.

Em primeiro lugar, é preciso notar que, no que se refere aos diversos nomes que as freiras dão a seus respectivos textos, não há padrão estabelecido. O livro da Madre Leonor de São João é chamado de “tratado”, enquanto o de Xabregas é uma “notícia” e o de Vila Viçosa é simplesmente um “livro da fundação”. No que toca à coerência interna e à organização temática, também não há indicação clara da existência de uma forma modelar que guie de maneira padronizada as composições. Há, contudo, a recorrência de determinadas preocupações temáticas, tais como a de descrever como se deu a fundação do convento, a de prestar as devidas homenagens às figuras que contribuíram para o seu estabelecimento e sua manutenção, bem como as de descrever alguns costumes mantidos pelas comunidades e narrar brevemente as vidas das religiosas que as compuseram. Ainda assim, cada uma dessas crônicas parece ter sido composta de forma bastante localizada, guiada por necessidades locais ou opções tomadas por suas autoras – por sua vez influenciadas pelas suas próprias opiniões, leituras, diretores espirituais, confessores... E isso permite que sejam detectadas colorações distintas, que apontam para a existência de tradições locais de escrita e, amiúde, de direcionamento dos argumentos para as questões que mais mobilizavam cada comunidade religiosa.

O *Tratado* de Setúbal parece seguir um plano muito bem definido de redação. A primeira das partes que o compõem é destinada a recontar os principais passos dados para a

fundação do eremitério, desde a escolha do local, a compra das terras e a obtenção das licenças e autorizações necessárias às intercessões de figuras da Corte para que tudo corresse bem. Também há espaço para descrições que mais têm a ver com episódios políticos do que com a trajetória da casa, tais como o capítulo XI, dedicado à trasladação do corpo de d. João II ao Convento da Batalha, e o XIII, que “trata do casamento da infanta dona Beatriz e das grandezas com que El Rey d. Manoel a embarcou” para a Inglaterra (SÃO JOÃO, fols.40-44v; 51-53). A segunda parte, por sua vez, é orientada unicamente a dar conta dos diversos costumes e rituais mantidos pelas religiosas dentro do Convento de Jesus. O capítulo III, por exemplo, “trata das cerimônias e penitências que fazem e guardam as noviças e professoras os dois anos da escola”, enquanto os XIII e XV tratam de descrever meticulosamente as procissões e orações – “gerais e particulares” – que de costume se faziam no convento (SÃO JOÃO, fols.112-117). Não só questões diretamente afeitas às obrigações de fé constam no rol de objetivos desta parte. Também é de seu escopo retratar hábitos mais diretamente ligados à vida cotidiana dentro do claustro, tais como os processos de eleição de abadessas e discretas e os ofícios que eram distribuídos entre as freiras – temas dos capítulos XXII e XXV, respectivamente.

A terceira parte “trata das relíquias e mais coisas notáveis” que o convento possuía. A divisão capitular, aqui, obedece à origem de cada uma dessas relíquias, baseando-se na lista de seus doadores, assim como também dispõe trechos em que se fazem menção de algumas “maravilhas” e “obras maravilhosas” que elas haviam operado.

Já as duas últimas partes são dedicadas a elaborar longas listas mencionando a vida de religiosas da casa – “que entraram, viveram e morreram com notável exemplo” –, tema da quarta parte, e ressaltando momentos importantes dos abadessados que governaram a casa de 1581 em diante, preocupação crucial da quinta e última parte do manuscrito.

O *Livro da Fundação do Santo Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa* segue um modelo semelhante. Em primeiro lugar, ele é dividido em três livros. O que inaugura a obra, assim como no caso setubalense, está dedicado a contar os inícios da instituição. Interessa descrever como se deram a aquisição das primeiras habitações, a entrada das primeiras religiosas, o apadrinhamento da instituição nascente por pessoas ilustres etc. Ao todo, este primeiro livro tem 15 capítulos, sendo os quatro últimos preocupados também em elaborar uma lista das religiosas que ocuparam a prelazia e de suas principais realizações, em apontar e descrever brevemente as confrarias que existiam dentro do convento e, por fim, em enumerar as relíquias que faziam parte de seu acervo – guardando espaço, é claro, para a

breve descrição de alguns dos milagres que elas operaram na comunidade e na própria Vila Viçosa.

Os dois outros livros são dedicados a contar “as vidas e virtudes de algumas religiosas exemplares deste Santo Convento” (BAPTISTA, liv.2, fol.1). O segundo é dividido em 49 capítulos, cada um dos quais dedicado a uma religiosa diferente. Neles, encontramos breves descrições que indicam as razões por que entraram na vida religiosa, os cargos que ocuparam, os apertos por que passaram na vida ou à hora da morte... Já o terceiro e último livro, por sua vez, é inteiramente dedicado à “vida, revelações e milagres da Venerável Madre Maria das Chagas”. Fato singular entre as crônicas estudadas aqui, portanto, o *Livro da fundação* da Esperança de Vila Viçosa dedica especial atenção a uma de suas religiosas, com destaque para as revelações que obteve no decurso de sua vida e para os milagres que obrou através de sua intercessão.

A *Notícia da fundação do Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas*, de outro modo, foi construída a partir de um esquema distinto. Em lugar de uma Tábua de Capítulos, que, ao mesmo tempo em que permite ao leitor uma localização ágil e eficaz do que o interessa no texto, guia o próprio processo de redação da obra, as sóras do mosteiro xabregano compuseram-na sob a forma de diálogos. Estes, supostamente baseados em conversas reais, mantidas pelas religiosas nas ocasiões em que lhes era permitida e até estimulada a conversação edificante, não parecem se desenvolver a partir de um plano previamente traçado. Tal qual um diálogo real, o rumo da conversa segue um padrão de perguntas e respostas: os temas são trazidos à tona pelas próprias religiosas, através de suas colocações, e ocasionalmente há intervenções da abadessa ou da vigária para que a prosa se encaminhe em direções de maior estimação.

As palavras que abrem a *Notícia* anunciam que a decisão pelo formato de diálogos atende mais a uma deficiência da autora do que a uma escolha de estilo:

...e como não tenho saber, nem suficiência para escrever livro na forma que de ordinário se usa, valho-me do costume que nesta casa há de se ajuntar a comunidade em os dias de Natal em boa conversação (...); e em estas práticas tenho ouvido o que aqui direi; e assim que não faço mais que escrever junto o que Vossas Reverências têm dito por diversas vezes... (SACRAMENTO, fol.2v)

Há razões, contudo, para crer que as reais motivações dessa opção estejam além das palavras que a justificam, demonstrações calculadas de modéstia e rebaixamento, usuais entre textos e autores modernos e presentes na maioria absoluta daqueles produzidos por mulheres. Tanto porque a tradição dialógica clássica encontrou terreno fértil na produção literária portuguesa

no período, de cujos frutos o exemplo maior talvez seja *A Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo (1619), quanto porque é inegável a popularidade adquirida pelas representações teatrais de caráter religioso montadas em igrejas, conventos ou em circuitos palacianos, pelo menos desde meados do século XV. No que toca aos franciscanos e às clarissas, é preciso ainda ter em mente a sua longa tradição em estimular a popularização da instrução religiosa mediante comparações, exemplos e dramatizações (PELLITERO APUD PASCUA, p.125).

Ainda assim, mesmo que de maneira por vezes errática e hesitante, o manuscrito xabregano cobre mais ou menos o mesmo temário seguido pelo *Tratado da fundação do Convento de Setúbal*. A sua primeira parte, intitulada “Prática primeira em dia de Natal” (SACRAMENTO, fols.4-27v), por exemplo, centra as atenções na memória da fundação da casa, ao recapitular as diligências feitas pela rainha d. Leonor em prol da instituição do monastério e no papel que outros monarcas desempenharam na manutenção do mesmo, bem como na valorização das imagens e relíquias que compunham o acervo do cenóbio e que tanta devoção despertavam. A segunda parte – “Prática segunda, na primeira oitava do Natal” (SACRAMENTO, fols.28-53v) – cuida de expor uma série de práticas mantidas pelas religiosas no dia-a-dia do convento, tais como os rigores regrais a que se submetiam (seja nos jejuns, na simplicidade do vestir, nos ofícios de pouco merecimento que exerciam, nas penitências que de praxe realizavam, etc.), assim como dá início aos relatos biográficos das freiras que habitaram a casa, tarefa que ainda figura nas outras seis partes que completam a obra. Em vários momentos, porém, os diálogos restantes se reportam a diferentes assuntos, seja no que diz respeito às devoções a santos que povoavam a espiritualidade da casa, a episódios específicos sobre doenças ou outros percalços que a comunidade enfrentou, além de noticiar acontecimentos políticos, mais diretamente ligados à trajetória das coroas portuguesa e espanhola.

Pode-se afirmar, portanto, que ainda que apresentem diferenças marcantes, as três crônicas têm preocupações muito semelhantes. No essencial, parecem querer cobrir uma gama de assuntos considerados fundamentais na confecção de uma memória institucional, e não é forçoso considerar que havia uma espécie de roteiro programático a guiar produções semelhantes no mesmo período.

Um documento interessante, *O Memorial da Santa Província* de fr. Rodrigo de S. Thiago, é especialmente eloquente no que diz respeito às preocupações que guiavam a produção de crônicas sobre a província e seus eremitérios. Ao fim do caderno utilizado pelo frei para compor este trabalho, encontram-se algumas anotações esparsas, realizadas

aparentemente com o intuito de auxiliar a composição, servindo como lembrete do que não poderia ficar de fora de suas investigações. No trecho que interessa centralmente, o religioso registra uma “Lembrança das notícias que se devem indagar para a Chronica”. Das informações que mereceriam lugar na confecção de uma crônica, o frei destacava uma descrição do convento (como ele se achava à época e “como foi antigamente”), a era em que foi fundado, “e por quem”. Também cabia pesquisar “se antigamente houve no Convento coisa memorável que se perdesse, ou trasladasse para outra parte”, “se há imagem alguma que faça milagre, ou os tenha feito”, “se há tradição que nele se executasse alguma coisa digna de memória”, seja ocasional ou anualmente etc. Interessava ainda tomar nota de “todos os religiosos e religiosas que tem falecido com conhecida virtude”, sem descuidar de sua “pátria e pais”, das “ações de sua vida”, do “dia e ano de sua morte, e se tem alguma distinção à sua sepultura” (S. THIAGO, s/p).

Estes dados, entre outros, deviam ser coligidos “com clareza” e enviados para o “Padre Cronista” com a maior brevidade possível – para que não se demorasse “muito mais a Crônica de uma Província que já tem duzentos anos...”. Portanto, o trabalho de fr. Rodrigo de S. Thiago parece ter sido subsidiário de outro, maior. Cabia a ele a tarefa de visitar os diversos mosteiros – masculinos e femininos – que faziam parte da Província dos Algarves, tomando nota de tudo aquilo que interessava à composição de um grande esforço cronográfico, provavelmente posto em andamento por um frade de maior vulto. Essa indicação se confirmaria ainda pelo fato de o trabalho ter sido recomendado ao frei a partir de um mandado do Vigário Geral de toda a Ordem Franciscana, fr. Antônio de Trejo (LOPES, v.2, pp.46-7).² Haveria então um projeto de constituir para a Província dos Algarves uma história nos moldes das que se fazia em toda a Europa desde finais do século XVI, e cujo exemplo maior em terras lusitanas era a obra de fr. Marcos de Lisboa?

Não seria despropositada então a informação de que foi a partir da intercessão de fr. Luis dos Anjos, provincial dos Algarves por duas vezes (1610-13 e 1623-26), que os três volumes das *Crônicas dos Frades Menores do Seráfico Padre São Francisco* ganharam uma nova edição, em 1615. Mais ainda dizer que o mesmo frei, quando ainda ocupava o provincialado, pediu a Leonor de São João que lhe enviasse “uma breve relação” do Convento de Jesus. Requisição que sem dúvidas serviu de estímulo para a futura composição do *Tratado*, já que, “pela pressa” com que a sóror atendeu ao pedido, a relação “se lhe deu imperfeita” (SÃO JOÃO, fol.7v). Ao que parece, estes foram apenas dois dos passos dados

²Informações também presentes em BELÉM, p.I, p.CCLVIII e MACHADO, t.III, p.655.

pela direção da província rumo à valorização das obras de cunho histórico e ao incentivo para que os frades e as freiras dos mosteiros e conventos sob sua jurisdição produzissem trabalhos com tal cariz.

De acordo com Luís de Sá Fardilha, é ao longo do século XVII que cistercienses, dominicanos, agostinhos e beneditinos – além dos franciscanos, é claro –, “elaboram um conjunto de relatos historiográficos que a fragmentação nacionalista da Europa, as preocupações humanistas de redescoberta erudita e diálogo com o passado, bem como as dificuldades decorrentes das reformas religiosas ajudaram a impulsionar” (FARDILHA, p.105). O foco deste estudo de Fardilha repousa na obra de fr. Manuel da Esperança (e de seu continuador no século XVIII, Fernando da Soledade), cujos dois primeiros volumes foram publicados entre 1656 e 1666. Como nota o historiador português, ela foi redigida a partir de monografias autônomas, pensadas

segundo um esquema razoavelmente fixo, no qual se organizam, para as diversas casas, os elementos seguintes:

- 1. determinação das circunstâncias históricas que rodearam a fundação do convento: identidade e motivações dos fundadores ou patronos e levantamento dos textos legais que definem os termos em que se deve organizar a vida comunitária;*
- 2. descrição física dos edifícios e do local em que estes se encontram implantados;*
- 3. percurso histórico da comunidade conventual, desde os primórdios até o presente da escrita, e evocação de eventos relevantes que com ela se relaciona;*
- 4. memórias biográficas de frades ou freiras veneráveis que se encontram de alguma forma ligados ao convento (FARDILHA, p.110).*

Sem dúvida alguma, estes eram alguns dos eixos temáticos que guiavam o *modus faciendi* de diversos frades e freiras que “faziam história”. No que diz respeito ao método, Fardilha ressalta a verve crítica que pautou a sua execução, desembocando num “esforço de recolha documental (...) nos arquivos dos vários conventos franciscanos”. Foram aproveitados “documentos notariais, bulas papais, memórias avulsas ou cópias elaboradas a pedido de outros cronistas” (FARDILHA, p.106). De fato, as religiosas escritoras dos conventos estudados aqui demonstram ter plena consciência de que, para validar seus escritos, elas precisavam baseá-los em documentação existente. Sórora Leonor de São João de pronto anuncia que “buliu” em “papéis antigos” e “pergaminhos” que “andavam espalhados no cartório das coisas notáveis que neste convento santo e religioso aconteceram, seguiram e guardaram” (SÃO JOÃO, fol.7). Mais adiante, quando descreve o longo traslado do corpo de d. Sebastião até o Mosteiro dos Jerônimos, a autora sente a necessidade de ressaltar que consultou “livros e papéis autênticos e escritos por pessoas dignas de muita fé e crédito” (SÃO JOÃO, fol.68). O intróito da Notícia da Madre de Deus justifica de maneira semelhante o esforço empregado na sua composição: “porque ainda que no arquivo haja alguns papéis, que de tudo dão notícia, não é em forma que os possamos ler quando queremos”

(SACRAMENTO, fol.2). Em ambos os casos, as sóras fundamentam seus trabalhos na preservação da memória institucional que eles proporcionam, que, do contrário, estaria fadada ao esquecimento: “porque pelo tempo em diante se podia acabar esta memória, e deixar de se saber como, e quem foi a primeira fundadora desta casa, e o princípio que teve, quais os protetores e, finalmente, as muitas religiosas que em virtudes, notáveis exemplos e obras maravilhosas nele floresceram” (SÃO JOÃO, fol.7); “e no que toca às religiosas, dizem muito pouco, em comparação do que sabiam as Madres Velhas, que tenho conhecido; e já estas me diziam que não era nada o que me contavam, para o muito que lhe esquecia do que tinham ouvido a outras mais antigas” (SACRAMENTO, fol.2). Antônia do Baptista, de Vila Viçosa, vai mais além e manifesta sua preocupação em reparar informações errôneas, divulgadas pelo célebre *Jardim de Portugal*, de fr. Luis dos Anjos – um agostiniano homônimo do provincial citado acima (BAPTISTA, liv.2., fols.1-5v e ANJOS, pp.318-320).

O exercício da escrita, portanto, permitiria que essas memórias fossem preservadas ou reparadas. Esse movimento de fixação de conhecimento pela escrita indica um claro ponto de inflexão na maneira como as religiosas encaravam a construção desta mesma memória: a escrita e a confecção de trabalhos historiográficos ganhavam espaço, minando a tradição oral e suas maneiras de preservar a memória coletiva das instituições. Ainda que os documentos conservados nos arquivos e cartórios dos conventos não dessem conta de tudo³ – e, portanto, as cronistas fizeram largo uso do que ouviram contar as mais velhas –, era preciso fixar esse conhecimento com tinta e papel. Do contrário, o desenvolvimento natural deste processo desembocaria num apagamento progressivo de informações valiosas, de onde pendiam “o crédito e lustre de toda a Ordem” (S. THIAGO, s/p). Os mecanismos oralizados de transmissão da tradição pareciam sofrer, no plano local, as primeiras investidas da erudição livresca e de suas formas renovadas de apropriação discursiva, em que termos como “averiguação”, “rigor documental”, “verdade” e “fidelidade” passaram a jogar um papel importante na desvalorização de fontes que não fossem escritas e, mais importante, reconhecidas por processos outros de verificação.

Bibliografia

ANJOS, Luis dos. **Jardim de Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.

BAPTISTA, Antonia do. **Livro da fundação do Santo Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa**. Vila Viçosa, MSS., 1657.

³ Este também foi motivo de lamentação de Manuel da Esperança (ESPERANÇA, p.I, p.412).

BELÉM, Jerônimo de. **Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia do Nosso Serafico Padre S. Francisco**. Parte I. Lisboa: na Oficina de Ignácio Rodrigues, 1750.

BELLINI, Lígia. “Cultura religiosa e heresia em Portugal no Antigo Regime: notas para uma interpretação do molinosismo”. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v.XXXII, pp.187-203, 2006.

ESPERANÇA, Manuel da. **Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal**. Primeira Parte. Lisboa: na oficina Craesbeckiana, 1656.

FARDILHA, Luís de Sá. “Uma introdução à História Seraphica... na Província de Portugal”. In: CARVALHO, José Adriano de Freitas (dir.). **Via Spiritus – Quando os frades faziam História**, Porto: 2001.

GÓMEZ, Antonio Castillo. "La pluma de Dios. María de Ágreda y la escritura autorizada". *Via Spiritus*, Porto, n.6, pp.103-120, 1999.

LOPES, Fr. Fernando Felix. O.F.M. **Colectânea de Estudos de História e Literatura**. 2 vols. Lisboa: 1997.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica**. Volume III. Lisboa: na Oficina de Ignácio Rodrigues, 1752.

PASCUA, María Isabel Toro. “Espacio escénico y simbología religiosa em los albores Del teatro cortesano”. *Via Spiritus*, Porto, n.7, pp.119-140, 2000.

S. THIAGO, Fr. Rodrigo de. **Memorial da Santa Província dos Algarves da Ordem Seráfica, tomo I, Memorial Primeiro por fr. Rodrigo de S. Thiago. No anno de 1615, e 1616**. ANTT, OFM, Província dos Algarves, Província, livro 22.

SACRAMENTO, Maria do. **Notícia da fundação do Convento da Madre de Deus das religiosas descalças de Lisboa, da primeira regra de nossa Madre Santa Clara**. Lisboa, MSS., 1639-1652.

SÃO JOÃO, Leonor de. **Tratado da curiosa fundação do Convento de Jesus de Setúbal**. Setúbal, MSS., 1630-1646.

TAVARES, Pedro Vilas Boas. “Caminhos e invenções de santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII (Alguns dados, problemas e sugestões)”. *Via Spiritus*, Porto, n.3, pp. 163-216, 1996.